

## **INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA VISÃO INTRODUTÓRIA, CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE**

INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: AN INTRODUCTORY PERSPECTIVE, THEORETICAL CONTRIBUTIONS AND IMPLICATIONS FOR SUSTAINABILITY

**Jeniffer Narcisa-Oliveira**

Doutoranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária, Universidade Católica Dom Bosco  
E-mail: engagro.narcisa@gmail.com

**Camila Varela Coelho**

Mestranda em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco  
E-mail: 1546@ucdb.br

**George Henrique de Moura Cunha**

Docente do Doutorado em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco  
Email: georgehmc@outlook.com

Recebido em: 17 de maio de 2025

Publicado em: 17 de julho de 2025

### **RESUMO:**

Este trabalho analisa a influência das instituições no desenvolvimento econômico sustentável, considerando o cenário atual de desigualdades estruturais, mudanças climáticas e transformações tecnológicas que afetam economias locais e globais. A partir da pergunta norteadora — de que maneira as instituições influenciam o desenvolvimento econômico de forma sustentável nesses contextos? —, o objetivo foi investigar o papel das instituições nesse processo, com foco em mapear as principais correntes teóricas institucionais, comparar abordagens sobre instituições formais e informais, e avaliar sua aplicabilidade na formulação de políticas públicas sustentáveis. A pesquisa adotou o método de revisão bibliográfica, com enfoque analítico-comparativo, fundamentando-se nas contribuições teóricas de Douglass North, Daron Acemoglu, Elinor Ostrom, Ha-Joon Chang e Amartya Sen. Os resultados evidenciam que instituições formais e informais moldam comportamentos, regulam interações sociais e influenciam decisivamente a eficácia das políticas públicas voltadas à sustentabilidade. A análise comparada revelou que não há um modelo institucional único, sendo imprescindível considerar os contextos históricos, sociais e culturais para a construção de arranjos institucionais eficazes. Conclui-se que instituições adaptativas, participativas e integradoras são fundamentais para promover governança inclusiva e resiliência, tornando-se centrais na promoção de um desenvolvimento econômico sustentável e socialmente justo.

**Palavras-Chave:** governança; políticas públicas; equidade; inovação institucional; inclusão social.

### **ABSTRACT:**

This study examines the influence of institutions on sustainable economic development, considering the current context of structural inequalities, climate change, and technological transformations affecting both local and global economies. Guided by the central question — in what ways do institutions influence economic development sustainably in these contexts? The objective was to investigate the role of institutions in this process, with a focus on mapping the main institutional theoretical frameworks, comparing approaches to formal and informal institutions, and assessing their applicability in the formulation of sustainable public policies. The research employed the bibliographic review method with an analytical-comparative approach, drawing upon the theoretical contributions of Douglass North, Daron Acemoglu, Elinor Ostrom, Ha-Joon Chang, and Amartya Sen. The findings highlight that both formal and informal institutions shape behaviors, regulate social interactions, and decisively influence the effectiveness of sustainability-oriented public policies. The comparative analysis revealed that there is no single institutional model; it is essential to consider historical, social, and cultural contexts in constructing effective institutional arrangements. The study concludes that adaptive, participatory, and integrative

institutions are fundamental to fostering inclusive governance and resilience, becoming central to the promotion of economically sustainable and socially just development.

**Keywords:** governance; public policy; equity; institutional innovation; social inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre instituições e desenvolvimento econômico tem se consolidado como um campo central nas ciências sociais aplicadas, especialmente diante dos desafios contemporâneos ligados à sustentabilidade. Ao longo das últimas décadas, diversos teóricos têm destacado que o desempenho econômico de uma nação ou região não pode ser compreendido apenas por variáveis de mercado, mas exige a análise de estruturas institucionais que moldam comportamentos, influenciam decisões e regulam interações econômicas. Nesse contexto, tanto instituições formais, como leis, normas e sistemas políticos, quanto informais, como valores, cultura e práticas sociais são de suma importância na trajetória de crescimento e bem-estar das sociedades.

A emergência de uma agenda global orientada para o desenvolvimento sustentável reforça a necessidade de compreender como diferentes arranjos institucionais podem favorecer ou comprometer esse objetivo. As economias locais e globais operam em cenários marcados por desigualdades, mudanças climáticas, pressões sociais e transformações tecnológicas, o que demanda estruturas de governança capazes de integrar desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Assim, torna-se essencial refletir criticamente sobre as abordagens teóricas que explicam o papel das instituições nesses processos, especialmente considerando suas implicações para a formulação de políticas públicas eficazes, inclusivas e duradouras.

Diante desse panorama, a pesquisa parte da seguinte pergunta norteadora: de que maneira as instituições influenciam o desenvolvimento econômico de forma sustentável no contexto de economias locais e globais? Com base nessa questão, o objetivo geral é investigar o papel das instituições no desenvolvimento econômico à luz das principais teorias institucionais, destacando suas contribuições para a compreensão da sustentabilidade e da governança. Para isso, os objetivos específicos são: (a) mapear as principais correntes teóricas sobre instituições e desenvolvimento econômico; (b) comparar as abordagens de diferentes teóricos quanto ao papel das instituições formais e informais; e (c) ponderar a aplicabilidade das teorias institucionais na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica analítico-comparativa, com foco delimitado nas obras fundamentais dos autores centrais do debate institucionalista: North (1990; 2003), Ostrom (1990), Acemoglu e Robinson (2012), Chang (2002) e Sen (1999), complementadas por contribuições contemporâneas de Sachs et al. (2019), Sachsida (2011) e Cunha (2023). A análise estruturou-se em três etapas: (1) exame crítico individual das teses de cada autor sobre instituições formais/informais e desenvolvimento; (2) construção de matriz comparativa cruzando categorias-chave (eficiência, equidade, sustentabilidade, papel do Estado); e (3) síntese das convergências, tensões e lacunas teóricas, com ênfase nas implicações para políticas públicas sustentáveis.

A análise comparativa concentrou-se na identificação de convergências, tensões e limites entre as diferentes abordagens teóricas, com o objetivo de extrair fundamentos conceituais relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Partiu-se do entendimento de que não existe um modelo institucional universal, sendo indispensável considerar os condicionantes históricos, culturais e sociais na construção de arranjos institucionais que sejam adaptativos, participativos e capazes de integrar múltiplas dimensões do desenvolvimento.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Fundamentos Teóricos das Instituições no Desenvolvimento Econômico

As instituições ocupam papel central no debate sobre desenvolvimento econômico, sendo entendidas como estruturas que moldam os incentivos e comportamentos dentro de uma sociedade. Desde o final do século XX, teóricos como Douglass North (1990), James Robinson e Daron Acemoglu (2012), Elinor Ostrom (1990), Ha-Joon Chang (2002) e Amartya Sen (1999) têm contribuído expressivamente para uma compreensão mais abrangente da função institucional nas trajetórias de crescimento. Apesar de perspectivas variadas, todos reconhecem que o desempenho econômico de um país não pode ser analisado de maneira desvinculada das instituições que regem suas interações políticas, sociais e econômicas.

Douglass North (1990), por exemplo, define instituições como as "regras do jogo" em uma sociedade, abrangendo leis formais, normas sociais e restrições informais que estruturam as interações humanas. Para ele, o desenvolvimento econômico está diretamente ligado à capacidade dessas instituições de reduzir incertezas e custos de transação. Da mesma forma, Acemoglu e Robinson (2012) enfatizam que instituições políticas e econômicas inclusivas são essenciais para o crescimento sustentável, ao passo que instituições extrativas, que concentram poder e recursos, limitam as possibilidades de inovação e distribuição equitativa.

No campo das instituições informais e da ação coletiva, Elinor Ostrom (1990) destaca a importância das normas comunitárias e da governança local para a gestão de recursos comuns. Ela rompe com a visão centralizadora e demonstra que, em diversos contextos, comunidades desenvolvem arranjos institucionais eficazes sem depender do Estado ou do mercado. Complementarmente, Ha-Joon Chang (2002) argumenta que o desenvolvimento institucional deve levar em consideração a história e os contextos específicos de cada país. Para Chang, o papel do Estado e das políticas industriais é muitas vezes subestimado pelas abordagens liberais que ignoram como instituições foram moldadas nas trajetórias dos países hoje desenvolvidos.

Amartya Sen (1999), por sua vez, amplia o escopo do debate ao relacionar instituições com liberdade e capacidades humanas. Segundo ele, o desenvolvimento deve ser entendido como a expansão das liberdades substantivas, o que inclui não apenas renda e riqueza, mas também educação, saúde e participação política. Nesse sentido, as instituições devem ser avaliadas por sua capacidade de promover justiça distributiva e equidade social. Ainda que seus enfoques variem, todos esses autores convergem na compreensão das instituições como elementos estruturantes do desenvolvimento econômico.

Contudo, persistem divergências fundamentais entre essas abordagens, especialmente quanto ao peso atribuído às instituições formais versus informais. Enquanto North (1990) e Acemoglu e Robinson (2012) enfatizam as instituições formais, como o sistema legal e os direitos

de propriedade, como bases para o crescimento, Ostrom (1990) demonstra que normas informais e cooperação descentralizada podem gerar resultados igualmente eficazes. Chang (2002), por outro lado, critica a imposição de instituições padronizadas por organismos internacionais, apontando que o caminho do desenvolvimento institucional não é universal, mas dependente de estratégias adaptativas ao contexto histórico. Já Sen (1999) desloca o foco da eficiência econômica para uma perspectiva ética e multidimensional do desenvolvimento.

A problematização central está na dificuldade de operacionalizar essas distintas concepções no desenho de políticas públicas. A pluralidade teórica, embora enriquecedora, revela tensões entre eficiência econômica, justiça social e soberania institucional. A busca por um modelo ideal de desenvolvimento esbarra em conflitos entre padronização e diversidade, entre tecnocracia e participação democrática, entre crescimento e equidade.

Assim, é possível considerar que as instituições, sejam elas formais ou informais, são de suma importância na conformação dos caminhos de desenvolvimento econômico. A análise comparada das contribuições de North (1990, 2003), Acemoglu e Robinson (2012), Ostrom (1990), Chang (2002) e Sen (1999) sugere que não existe uma única fórmula institucional eficaz, mas sim a necessidade de uma leitura contextualizada e multidisciplinar que considere a interação entre estruturas, agentes e valores sociais. O desafio para formuladores de políticas é, portanto, combinar estabilidade institucional com flexibilidade adaptativa.

## **2.2 Instituições Formais vs. Informais: Impactos Comparados**

As instituições são protagonistas no processo de desenvolvimento econômico, político e social das nações. Ao longo das últimas décadas, estudiosos da economia institucional têm se debruçado sobre os efeitos das regras do jogo, formais e informais, sobre o desempenho das sociedades. Em linhas gerais, instituições formais compreendem leis, constituições, regulamentações e contratos, enquanto instituições informais referem-se a normas sociais, valores culturais e padrões de comportamento não codificados, mas amplamente praticados. A tensão ou a complementaridade entre essas duas dimensões institucionais tem sido objeto de intenso debate acadêmico.

Autores como North (1990) e Acemoglu e Robinson (2012) oferecem uma leitura mais centrada na força das instituições formais como pilares do desenvolvimento. North (1990) argumenta que a previsibilidade gerada por leis, contratos e direitos de propriedade bem definidos reduz custos de transação e incentiva a cooperação de longo prazo, o que seria fundamental para a expansão econômica. Na mesma linha, Acemoglu e Robinson (2012) sustentam que instituições políticas e econômicas inclusivas, caracterizadas por leis que garantem liberdade de mercado, pluralismo político e segurança jurídica, são a chave para o progresso sustentável. A ausência de tais instituições explicaria, segundo os autores, o fracasso de muitos países em alcançar o desenvolvimento.

Por outro lado, autores como Sen (1999) e Chang (2002) destacam o papel das instituições informais no progresso social. Sen (1999), ao propor a abordagem das capacidades, mostra que o desenvolvimento vai além de crescimento econômico e requer a ampliação das liberdades reais das pessoas, o que depende diretamente de valores culturais, redes de solidariedade e práticas

comunitárias. Chang (2002) reforça que, muitas vezes, normas sociais e culturais moldam a efetividade das instituições formais, de modo que políticas de desenvolvimento que ignoram essas dimensões acabam fracassando ou sendo ineficazes. Em ambos os casos, instituições informais são vistas não como obstáculo, mas como fundamento invisível do funcionamento institucional.

Ostrom (1990) propõe uma abordagem integrativa ao evidenciar que a gestão de recursos comuns pode ser eficiente quando há complementaridade entre regras formais e práticas sociais compartilhadas. Em seus estudos sobre governança de bens comuns, a autora mostra que comunidades conseguem, com base em regras autoimpostas e normas sociais estáveis, gerir recursos naturais de forma sustentável, mesmo sem intervenção estatal direta. Assim, a efetividade institucional não depende unicamente da formalização jurídica, mas da coerência com valores e práticas locais.

Essa diversidade de abordagens revela um desafio central: políticas institucionais baseadas apenas na criação de leis e marcos regulatórios ignoram as bases culturais e sociais que sustentam ou dificultam sua implementação. Quando normas formais entram em conflito com práticas culturais arraigadas, o resultado pode ser desde a ineficiência até a completa rejeição institucional. Por exemplo, reformas jurídicas impostas em contextos coloniais, sem respeito à dinâmica social local, frequentemente resultaram em instabilidade e subdesenvolvimento.

Dessa forma, ainda que instituições formais sejam fundamentais para garantir segurança jurídica e estímulo à inovação, o desenvolvimento só é robusto quando essas estruturas dialogam com os valores, normas e práticas sociais preexistentes. O verdadeiro desafio está na construção de arranjos institucionais híbridos e adaptativos, que reconheçam a importância das instituições informais como vetores de legitimidade, confiança e participação social.

### **2.3 Sustentabilidade e Governança: A Interface Institucional**

Nas últimas décadas, o debate sobre sustentabilidade deixou de ser uma pauta exclusiva dos ambientalistas e passou a integrar, de maneira transversal, as agendas econômica, social e política em todo o mundo. O avanço das mudanças climáticas, a intensificação das desigualdades socioeconômicas e a exaustão de recursos naturais evidenciam a urgência de modelos de desenvolvimento mais equilibrados. Nesse cenário, o papel das instituições torna-se central, pois são elas que mediam os interesses sociais e organizam os mecanismos de governança que viabilizam ou bloqueiam o alcance da sustentabilidade. A ação institucional, portanto, deve ser compreendida como um fator estratégico para responder aos desafios globais com justiça e eficiência.

A governança da sustentabilidade não se sustenta apenas na adoção de políticas públicas isoladas, mas sim em arranjos institucionais que promovam a cooperação, a equidade e a resiliência. O conceito de governança de recursos comuns, proposto por Ostrom (1990), contribui decisivamente para essa compreensão. Em contraposição à lógica da 'tragédia dos comuns', a autora demonstra que comunidades locais, quando dotadas de regras claras, monitoramento e capacidade de sanção, conseguem gerir coletivamente seus recursos naturais de forma mais eficiente do que modelos centralizados ou exclusivamente mercadológicos. A proposta descentralizadora e participativa de Ostrom (1990) oferece uma alternativa concreta à crise

ambiental global, ao mostrar que o engajamento institucional da sociedade civil é essencial para a proteção dos bens comuns.

Outro eixo fundamental na interface entre sustentabilidade e governança é o fortalecimento de instituições inclusivas, conforme defendem Acemoglu e Robinson (2012). Para os autores, instituições que garantem a participação ampla da população nos processos decisórios tendem a gerar mais prosperidade e equidade. Essa tese encontra ressonância nas contribuições de Sen (1999), ao destacar que o desenvolvimento sustentável deve ser concebido como a ampliação das liberdades reais das pessoas, sobretudo as mais vulneráveis. A exclusão de grupos sociais e a concentração de poder econômico e político comprometem a implementação de políticas sustentáveis, pois perpetuam desigualdades e limitam a capacidade coletiva de adaptação às transformações socioambientais em curso.

No entanto, essas abordagens contrastam com a visão ortodoxa que atribui ao mercado a centralidade no desenvolvimento, frequentemente ignorando as falhas estruturais que impedem a sustentabilidade. Chang (2002) critica essa perspectiva ao demonstrar, por meio de análises históricas, que o Estado teve papel decisivo no sucesso econômico de países desenvolvidos. Para o autor, a desregulamentação e a retirada do Estado das funções estratégicas empobrecem as capacidades institucionais de planejamento e inclusão social. Assim, a governança ambiental, social e econômica exige a presença ativa do Estado como coordenador de políticas públicas de longo prazo, capaz de enfrentar assimetrias e corrigir distorções geradas por interesses privados.

Diante desse quadro, a principal problemática reside na dificuldade de implementar, de forma articulada, instituições que combinem efetividade, inclusão e legitimidade. A fragmentação institucional, a captura de políticas por elites econômicas e a ausência de mecanismos participativos consistentes tornam-se barreiras à sustentabilidade. Além disso, a tensão entre interesses locais e globais desafia a construção de consensos em torno de soluções integradas, sobretudo em contextos de desigualdade acentuada. O risco é que a governança continue sendo tratada como retórica ou mecanismo técnico, desvinculado das disputas reais por justiça ambiental e social.

Observa-se que o fortalecimento da sustentabilidade depende menos de tecnologias ou diagnósticos do que de arranjos institucionais justos, participativos e eficazes. A articulação entre as contribuições de Ostrom (1990), Sen (1999), Acemoglu e Robinson (2012) e Chang (2002) revelam que instituições não são apenas estruturas formais, mas também arenas de disputa e de construção de futuros possíveis. Em face da emergência climática e das desigualdades globais, repensar a governança exige reconstruir os vínculos entre Estado, mercado e sociedade, com base em princípios de equidade, corresponsabilidade e solidariedade intergeracional."

## **2.4 Críticas e Limitações das Abordagens Teóricas**

A literatura sobre desenvolvimento institucional tem se dividido, em grande medida, entre abordagens que privilegiam fatores estruturais, como o determinismo institucional de North (1990) e Acemoglu e Robinson (2012), e aquelas que destacam a agência humana, como as propostas de Chang (2002) e Sen (1999). No campo do determinismo institucional, defende-se que as instituições moldam os incentivos dos agentes e condicionam o desenvolvimento econômico ao

longo do tempo. Acemoglu e Robinson (2012), por exemplo, argumentam que instituições extrativistas impedem o crescimento sustentável, enquanto instituições inclusivas geram prosperidade. No entanto, essa visão tem sido criticada por adotar um viés histórico linear, muitas vezes baseado em modelos eurocêntricos de evolução institucional.

Por outro lado, autores como Sen (1999) e Chang (2002) argumentam que o desenvolvimento não pode ser dissociado das escolhas políticas, culturais e sociais dos indivíduos e das sociedades. Sen (1999) enfatiza a liberdade como a principal dimensão do desenvolvimento, enquanto Chang (2002) critica a imposição de instituições 'boas' sem considerar os contextos históricos e políticos locais. Essas abordagens valorizam a agência humana, mas também enfrentam críticas quanto à operacionalização prática de suas propostas. A ênfase na liberdade e na política industrial pode negligenciar os constrangimentos estruturais enfrentados por países em desenvolvimento, especialmente em contextos de baixa governança ou fragilidade institucional.

A tensão entre essas abordagens também se expressa na dificuldade de aplicação em contextos periféricos. O modelo de instituições inclusivas, por exemplo, assume capacidades estatais mínimas e coesão social que nem sempre existem em países da periferia global. Como aponta Chang (2002), muitos países que hoje são desenvolvidos utilizaram estratégias de proteção e intervenção estatal que atualmente são desaconselhadas por organismos multilaterais. Além disso, a visão de Sen (1999) sobre liberdades substantivas pode esbarrar em realidades marcadas por desigualdades estruturais profundas, onde escolhas individuais são severamente limitadas por fatores externos.

Outro ponto de crítica relevante refere-se à insuficiente integração da sustentabilidade nas principais abordagens teóricas. Apesar do avanço conceitual em torno do desenvolvimento sustentável, poucos autores tradicionais da economia institucional incorporam explicitamente os limites ecológicos e as dimensões ambientais. A ausência dessa dimensão compromete a formulação de políticas públicas em um contexto de crise climática global. Como observam Sachs et al. (2019), qualquer modelo de desenvolvimento contemporâneo precisa considerar, de forma transversal, os desafios ambientais para garantir a viabilidade a longo prazo.

Essas limitações teóricas colocam desafios importantes para a formulação de políticas públicas eficazes. A rigidez de algumas abordagens, como o institucionalismo determinista, pode levar à replicação de modelos inadequados a realidades locais. Por sua vez, a ênfase exclusiva na agência humana pode gerar políticas desconectadas das restrições materiais e institucionais vigentes. Além disso, a omissão da sustentabilidade ambiental das teorias limita sua capacidade de orientar estratégias integradas e resilientes, essenciais em tempos de mudanças climáticas e escassez de recursos.

Diante disso, é possível considerar que, embora as abordagens de North (1990), Acemoglu e Robinson (2012), Chang (2002) e Sen (1999) tenham oferecido contribuições fundamentais para o debate sobre desenvolvimento, suas limitações demandam uma leitura crítica e contextualizada. A formulação de políticas públicas eficazes requer a superação dessas dicotomias teóricas por meio de abordagens híbridas, interdisciplinares e sensíveis às especificidades locais e aos desafios globais contemporâneos, como a sustentabilidade.

## 2.5 Síntese Aplicada: Implicações para Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável

A complexidade dos desafios socioambientais contemporâneos exige uma abordagem integrada e interdisciplinar para o desenho e a implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. As teorias econômicas e institucionais têm contribuído significativamente para esse debate, oferecendo bases analíticas robustas para pensar o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado na construção de soluções eficazes e duradouras. A governança multinível, os mecanismos de participação e accountability, a inovação institucional e os riscos de captura institucional são dimensões centrais que emergem como vetores estruturantes para essa síntese aplicada.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que políticas públicas sustentáveis não podem ser concebidas a partir de modelos únicos e centralizados, mas requerem instituições flexíveis, capazes de lidar com a diversidade de contextos locais e suas especificidades. A contribuição de Elinor Ostrom (1990) é crucial nesse ponto ao demonstrar, por meio de estudos empíricos, que comunidades locais são capazes de gerenciar recursos comuns de forma eficiente quando possuem regras claras, mecanismos de monitoramento e sanções definidas, evidenciando a importância de arranjos institucionais policêntricos. A lógica de Ostrom sustenta, portanto, a necessidade de uma governança multinível, onde diferentes escalas de poder e ação se complementem, evitando a rigidez de estruturas verticalizadas.

Paralelamente, Amartya Sen (1999) enfatiza que o desenvolvimento sustentável deve ser centrado na expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, e isso só é possível por meio de mecanismos institucionais que assegurem accountability e participação efetiva da população nas decisões que afetam suas vidas. Para o autor, a democracia deliberativa e a transparência são indispensáveis para a correção de assimetrias sociais e para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas. Assim, políticas sustentáveis devem prever canais institucionais de escuta ativa, consulta pública e controle social contínuo, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas.

Ao discutir políticas industriais e inovação institucional, Ha-Joon Chang (2002) argumenta que o Estado tem um papel ativo e estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, ao criar instituições que favoreçam a aprendizagem coletiva, a experimentação e a construção de capacidades produtivas de longo prazo. Chang critica a ideia de neutralidade institucional e defende que, para enfrentar os desafios do século XXI, os governos devem adotar políticas industriais que incorporem critérios ambientais, sociais e tecnológicos, rompendo com modelos tradicionais de crescimento econômico baseado na extração predatória de recursos naturais. Essa perspectiva sugere que inovação institucional é tão relevante quanto a tecnológica.

Contudo, o desenho e a aplicação dessas políticas públicas não estão imunes aos riscos de captura institucional. Conforme apontado por North (1991) e ampliado por Acemoglu e Robinson (2012), instituições inclusivas são fundamentais para o desenvolvimento, mas frequentemente são enfraquecidas por grupos de interesse que utilizam seu poder para distorcer regras em benefício próprio. Esse fenômeno de captura pode comprometer o processo decisório, a eficácia das políticas

ambientais e a própria credibilidade do Estado diante da sociedade. O desafio, portanto, reside em criar salvaguardas institucionais robustas que garantam a integridade, a transparência e a accountability dos processos de formulação e implementação de políticas.

Diante desse cenário, as considerações parciais indicam que políticas públicas de desenvolvimento sustentável devem ser formuladas com base em teorias que privilegiam a governança compartilhada, a participação cidadã, a inovação institucional e o controle dos riscos de captura. Em contextos locais, isso significa fortalecer conselhos comunitários, consórcios intermunicipais e instrumentos de gestão participativa. Já em nível global, recomenda-se a criação de redes transnacionais de cooperação e intercâmbio técnico-institucional, que respeitem as realidades locais sem reproduzir padrões hegemônicos de desenvolvimento. Essa síntese aplicada, ancorada em referenciais teóricos consistentes, pode contribuir decisivamente para políticas mais eficazes, equitativas e resilientes.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o desenvolvimento econômico sustentável está intrinsecamente ligado à qualidade e à natureza das instituições que regem a sociedade, sejam elas formais, como leis e regulamentos, ou informais, como normas culturais e práticas comunitárias. Tal constatação decorre do reconhecimento de que o crescimento econômico não é um processo meramente técnico, mas depende profundamente da interação entre estruturas institucionais, participação social e valores locais. A análise de diferentes autores demonstra que o papel das instituições não pode ser reduzido a um único modelo ou abordagem, pois sua eficácia está condicionada ao contexto histórico, social e cultural em que se inserem.

Nesse sentido, torna-se problemático adotar políticas públicas sustentáveis sem considerar a complexidade e a diversidade institucional dos territórios. Muitas vezes, as reformas econômicas fracassam por desconsiderarem as instituições informais que moldam o comportamento coletivo, gerando descompasso entre políticas externas e práticas internas. Além disso, a centralização excessiva de decisões ignora as dinâmicas locais de governança, reduzindo a legitimidade das ações do Estado. Portanto, compreender as instituições como sistemas vivos e interdependentes é essencial para enfrentar os desafios da desigualdade social e da crise ambiental.

Autores como North (1990) e Acemoglu e Robinson (2012) oferecem contribuições fundamentais para esse debate. North (1990) destaca o papel histórico das instituições formais e informais na estruturação da economia, enquanto Acemoglu e Robinson (2012) diferenciam instituições inclusivas, que promovem participação e inovação, das extrativas, que concentram poder e recursos. Já Ostrom (1990) propõe uma visão policêntrica da governança, enfatizando a eficácia de arranjos comunitários e cooperativos na gestão de recursos comuns. Chang (2002) critica a rigidez das políticas econômicas ortodoxas e defende a importância de estratégias heterodoxas adaptadas às realidades locais. Por fim, Sen (1999) ressalta que o desenvolvimento deve ser medido pela ampliação das liberdades reais dos indivíduos, o que implica garantir acesso equitativo a instituições justas e eficazes.

Dessa forma, pode-se afirmar que instituições adaptativas, participativas e inclusivas são cruciais para o desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos de vulnerabilidade. O

desafio contemporâneo está em construir políticas públicas que articulem diferentes escalas de governança, respeitem as particularidades locais e fortaleçam a capacidade de ação coletiva. Nesse processo, o diálogo entre teoria e prática, como proposto pelos autores aqui discutidos, oferece caminhos promissores para alinhar desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

#### 4. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2002.

CUNHA, G. H. M. Ensaio sobre as instituições na história econômica da América Latina. **Revista Gestão e Desenvolvimento do Centro-Oeste**, v. 2, p. 31-47, 2023.

NORTH, D. C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

NORTH, D. C. **The role of institutions in economic development**. United Nations, 2003. (Discussion Paper Series, n. 2003.2).

OSTROM, E. **Governo dos bens comuns: a evolução das instituições coletivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

SACHS, J. D. et al. **Sustainable Development Report 2019: Transformations to Achieve the Sustainable Development Goals**. New York: Bertelsmann Stiftung; Sustainable Development Solutions Network, 2019.

SACHSIDA, A. Qualidade das instituições e crescimento econômico. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, n. 1, dez. 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.